

Soberania restrita seria o caos, afirma Moreira

BRASÍLIA — “É um absurdo o que os padres estrangeiros estão fazendo na Amazônia”, afirmou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, aplaudindo mais uma vez a iniciativa de O Estado de S. Paulo de denunciar as tentativas de grupos do exterior de interferir na soberania brasileira sobre áreas indígenas que têm jazidas minerais em seu subsolo. “Já sabíamos disso”, comentou o ministro, “mas se falássemos iam nos acusar de estar tentando ocupar militarmente a Amazônia”.

A série de reportagens de O Estado, frisou o brigadeiro, “serve como alerta para a cobiça estrangeira nas nossas riquezas minerais”, um alerta “especialmente útil para os constituin-

tes”. Através da emenda denominada de “soberania restrita”, apresentada anteontem ao Congresso pelos índios yanomanis, o ministro considera que a pretensa reserva indígena poderia ser futuramente declarada território independente e reconhecida por qualquer governo estrangeiro.

“Perderíamos, assim, uma fatia do nosso território e estaria criada uma questão internacional, o caso levado ao Conselho de Segurança da ONU. Enfim, seria o caos”, analisa o ministro da Aeronáutica. Para o brigadeiro Moreira Lima, os índios yanomanis, “uma nação em decadência, são explorados pelas mineradoras e pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI)”, uma entidade que “não entrou nessa história

como inocente útil”. Em tom irônico, o ministro comenta: “Qual o quê, são todos austríacos, lá não tem brasileiro”, disse, referindo-se à proposta de emenda constitucional enviada por uma entidade austríaca pedindo a “soberania restrita” para as áreas indígenas.

O ministro considera “um absurdo” a atuação dos religiosos estrangeiros na Amazônia. E repetiu que o Projeto Calha Norte (de defesa e desenvolvimento sócio-econômico da região Amazônica de fronteira, em execução pelas Forças Armadas) “visa primordialmente acabar com essa intromissão estrangeira na Amazônia e notadamente em Roraima”.

De Genebra, mais pressões à Constituinte

PORTO ALEGRE-AE — O Conselho Mundial de Igrejas voltou a interferir nos assuntos internos brasileiros, defendendo a capacitação econômica e política dos índios, em telex enviado ontem, de Genebra, na Suíça, por seu secretário-geral, reverendo Emilio Castro, ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

De acordo com Castro, o Conselho “lamentava profundamente que o debate construtivo do Congresso Constituinte, para assegurar justiça a todos os setores da sociedade brasileira, seja perturbado pela publicação de matérias tendenciosas e distorcidas sobre as atividades das Igrejas no Brasil, no matutino O Estado de S. Paulo”.

O telex distribuído em Porto Alegre pela Igreja Evangélica Luterana do Brasil, cita, a seguir, a “única declaração oficial sobre povos indígenas e seu direito à terra”, aprovada em julho de 1982:

“A luta dos povos indígenas pelos seus direitos à terra desafia as igrejas e serão fiéis ao Evangelho da reconciliação e à afirmação bíblica da criação de todos os seres humanos à imagem de Deus. A exigência da justiça é essencial para essa reconciliação. A revelação de Deus tem levado aos cristãos a uma nova compreensão de Deus, responsabilidade profética de proclamar a prioridade bíblica da justiça(sic). Por isso cabe à Igreja expressar solidariedade com os oprimidos por todas as formas compatíveis com a fé e reconhecendo sua culpa no pecado do racismo”.

A seguir, a entidade estrangeira mostra que “as tentativas racistas de negar aos povos indígenas sua identidade somente podem ser contestadas quando os oprimidos são capacitados espiritual, econômica e politicamente”.

O telex do secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas termina reafirmando a declaração do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil sobre a garantia dos direitos dos índios na nova Constituição, e apoiando os esforços das igrejas membros de prestar serviços evangélicos à humanidade, na promoção da paz com justiça.

“Missionários” trocam a Bíblia por magnetômetro

BELÉM-AE — No tempo em que serviu no Comando Militar da Amazônia, o então coronel Jarbas Passarinho observava, preocupado, que muitos “missionários” usavam em suas viagens, em vez da Bíblia, um magnetômetro. O fato foi lembrado em artigo publicado ontem no Diário do Pará pelo atual senador do PDS e, segundo ele, serve de referência para definir os que pretendem paralisar as pesquisas minerais na região sob o argumento da soberania restrita do Estado brasileiro em relação aos índios.

“Cientistas da mais alta reputação

já provaram que a tese do pulmão do mundo é uma balela, pois a floresta consome ela própria o exigênio que produz”, diz Jarbas Passarinho, acrescentando que a história foi articulada pelos “povos industrializados, depois que eles arrasaram suas florestas e contaminaram definitivamente seus rios”. Em seguida, o senador comenta a iniciativa do grupo de austríacos, “piedosamente preocupados com as “brutalidades e o genocídio” a que seriam submetidos os índios brasileiros”. Citando a série de reportagens de O Estado de S. Paulo, “órgão da maior respeitabilidade da imprensa nacional”. Passarinho questiona sobre quem representaria os indígenas, caso fosse efetivado o princípio da soberania restrita.

“Provavelmente as missões”, antecipa o senador, destacando que, como constituinte, é favorável à demarcação correta das reservas indígenas e a sua exploração em benefício dos índios. Mas receia “a piedosa preocupação dos defensores da soberania restrita”. Para Jarbas Passarinho, a iniciativa destes grupos equivale “a compartilhar a jurisdição territorial com os índios”.

Em seu artigo, Passarinho observa que o bloqueio das pesquisas minerais na Amazônia resguarda “interesse escusos”, com o objetivo de evitar a concorrência na exploração dos recursos naturais. E afirma que está satisfeito, mas “apenas em parte”, com a posição do Cimi negando enfaticamente que esteja envolvido na conspiração da soberania restrita.

